

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CURSO ELEMENTAR

FRANCISCO REZEK

21^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada



saraiva **jur**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Data de fechamento do livro: 23.10.2025

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis ajustes posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2026 by SRV Editora Ltda.

Publicada pelo selo Saraiva JUR

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da SRV Editora Ltda.

■ Capa: Orlando Facioli Design

■ CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R3355d

21. ed.

Rezek, José Francisco, 1944-

Direito internacional público : curso elementar / Francisco Rezek. - 21. ed. - Rio de Janeiro : Saraiva Jur, 2026.

24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9786584004542

1. Direito internacional público. I. Título.



25-10069-0

CODU: 341.3/8

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

abdr
Associação Brasileira
de Editores e
Reprográficose
Respeite o direito autoral

ÍNDICE GERAL

<i>Prefácio do autor</i>	XXI
--------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

1. Ordem jurídica na sociedade internacional descentralizada.....	1
2. Fundamento do direito internacional público	2
3. Direito internacional e direito interno: teorias em confronto	3
4. Roteiro do curso	4

Parte I

NORMAS INTERNACIONAIS

5. O rol das fontes no Estatuto da Corte da Haia.....	9
---	---

Capítulo I

O TRATADO INTERNACIONAL

6. Perspectiva histórica.....	11
-------------------------------	----

Seção I — ENTENDIMENTO DO FENÔMENO CONVENCIONAL

7. Conceito.....	13
8. Terminologia.....	14
9. Formalidade.....	15
10. Atores.....	16
11. Efeitos jurídicos.....	16
12. Regência do direito internacional	19
13. Base instrumental	20
a) Troca de notas: um meio de comunicação	21
b) Troca de notas: um método negocial.....	21

Seção II — CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

14. Proposição da matéria	22
15. Número de partes.....	22
16. Procedimento.....	22

17.	Natureza das normas	24
18.	Execução no tempo	25
19.	Execução no espaço	27

Seção III — PRODUÇÃO DO TEXTO CONVENCIONAL

20.	Competência negocial	28
	a) Chefes de Estado e de governo.....	29
	b) Plenipotenciários	30
	c) Delegações nacionais	31
21.	Negociação bilateral: roteiro e circunstâncias	32
22.	Negociação coletiva: roteiro e circunstâncias.....	34
23.	Estrutura do tratado	37

Seção IV — EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO

24.	Assinatura	38
25.	Intercâmbio instrumental.....	39
26.	Ratificação: entendimento.....	40
27.	Ratificação: características.....	41
	a) Competência.....	42
	b) Discricionariedade.....	43
	c) Irretratabilidade	44
28.	Ratificação: formas.....	45
29.	Ratificação: o depositário.....	46
30.	Pressupostos constitucionais do consentimento: generalidades.....	47
31.	Pressupostos constitucionais do consentimento: o sistema brasileiro	48
32.	O problema dos “acordos executivos”.....	49
33.	Acordos executivos possíveis no Brasil.....	50
	a) O acordo executivo como subproduto de tratado vigente	51
	b) O acordo executivo como expressão de diplomacia ordinária	51
34.	Procedimento parlamentar	52
35.	Reservas.....	54
36.	Vícios do consentimento	56
	a) Consentimento viciado pela desobediência ao direito público interno..	56
	b) Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador	57
	c) Coação sobre o Estado	58

Seção V — ENTRADA EM VIGOR

37.	Sistemas.....	59
	a) Vigência contemporânea do consentimento.....	59
	b) Vigência diferida	60
38.	Registro e publicidade.....	60
	a) O sistema da Sociedade das Nações.....	61

b) O sistema das Nações Unidas.....	61
c) Registros regionais e especializados	62
39. Incorporação ao direito interno	62
40. Promulgação e publicação de tratados no Brasil	63

Seção VI — O TRATADO EM VIGOR

41. Efeitos sobre as partes	64
42. Efeitos sobre terceiros	68
a) Efeito difuso: as situações jurídicas objetivas	68
b) Efeito aparente: a cláusula de nação mais favorecida	69
c) Previsão convencional de direitos para terceiros	69
d) Previsão convencional de obrigações para terceiros. O sistema de garantia.....	70
43. Duração.....	71
44. Ingresso mediante adesão.....	71
45. Emendas.....	73
46. Violação	75
47. Interpretação	76
a) Sistemas.....	76
b) Métodos	77
48. Conflito entre tratados	78
a) Identidade da fonte de produção normativa	79
b) Diversidade da fonte de produção normativa.....	79
49. Conflito entre tratado e norma de direito interno	81
a) Prevalência dos tratados sobre o direito interno infraconstitucional....	82
b) Paridade entre o tratado e a lei nacional.....	82
50. Situações particulares em direito brasileiro atual.....	83
a) Domínio tributário: o art. 98 do Código Tributário Nacional.....	84
b) Direitos e garantias fundamentais: o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição	90

Seção VII — EXTINÇÃO DO TRATADO

51. A vontade comum.....	92
a) Predeterminação ab-rogatória.....	92
b) Decisão ab-rogatória superveniente	93
52. A vontade unilateral.....	95
53. Denúncia e direito interno.....	97
54. Mudanças circunstanciais.....	101
a) A execução tornada impossível	101
b) “ <i>Rebus sic stantibus</i> ”.....	101
55. <i>Jus cogens</i>	102

Capítulo II

FORMAS EXTRACONVENCIONAIS DE EXPRESSÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

56.	Proposição da matéria	105
-----	-----------------------------	-----

Seção I — O COSTUME INTERNACIONAL

57.	Elementos do costume.....	105
58.	O elemento material	105
59.	Elemento subjetivo: a <i>opinio juris</i>	106
60.	O problema da generalidade.....	107
61.	Prova do costume: atos estatais.....	108
62.	Prova do costume no plano internacional	109
63.	Costume e tratado: a questão hierárquica	110
64.	Costume e tratado: a evolução histórica	110
65.	Codificação do direito costumeiro	112
66.	Fundamento de validade da norma costumeira	113
67.	Fundamento do costume: a doutrina e a Corte	115

Seção II — PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

68.	Significado original	116
69.	Entendimento extensivo	116
70.	Fundamento de validade dos princípios gerais.....	117

Seção III — ATOS UNILATERAIS

71.	Controvérsia	118
72.	Ato e norma	119

Seção IV — DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

73.	Ainda a controvérsia.....	119
74.	Nomenclatura e eficácia.....	121
75.	Natureza jurídica. Autonomia.....	121

Capítulo III

INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO

76.	Proposição da matéria	123
-----	-----------------------------	-----

Seção I — JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA

77.	O juiz não legisla.....	123
78.	Determinação do teor das normas não escritas.....	124
79.	Que jurisprudência?.....	124

80. Doutrina: a difícil sintonia.....	125
---------------------------------------	-----

Seção II — ANALOGIA E EQUIDADE

81. Métodos de raciocínio jurídico	126
82. Entendimento da equidade	127

Parte II

PERSONALIDADE INTERNACIONAL

83. Estados e organizações internacionais	131
84. Indivíduos e empresas	132
85. Réus em foro internacional	133
86. Litígios transnacionais entre o particular e o Estado	138
87. Proposição da matéria	139

Capítulo I O ESTADO

88. Três elementos.....	141
-------------------------	-----

Seção I — TERRITÓRIO DO ESTADO

89. Jurisdição ou competência	141
90. Aquisição e perda de território.....	143
91. Delimitação territorial	145

Seção II — IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL

92. Um velho tema	147
93. Diplomacia propriamente dita e serviço consular	148
94. Privilégios diplomáticos.....	149
95. Privilégios consulares.....	150
96. Aspectos da imunidade penal.....	151
97. Renúncia à imunidade	151
98. Primado do direito local	152
99. Estado estrangeiro e jurisdição local.....	153
100. Imunidade do Estado: fatos novos e perspectivas	154

Seção III — DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO

101. População e comunidade nacional.....	157
102. Conceito de nacionalidade	157

Subseção I — *A nacionalidade em direito internacional*

103. Princípios gerais e normas costumeiras	158
104. Tratados multilaterais	159

Subseção 2 — *A nacionalidade brasileira*

105. Matéria constitucional	161
106. Brasileiros natos	162
107. Brasileiros naturalizados	164
108. Perda da nacionalidade brasileira.....	165

Subseção 3 — *O estatuto de igualdade*

109. Gênese	176
110. Dois padrões de igualdade	176
111. Extinção do benefício estatutário.....	177

Seção IV — CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO

112. Admissão discricionária.....	177
-----------------------------------	-----

Subseção 1 — *Títulos de ingresso e direitos do estrangeiro*

113. Variedade dos vistos	178
114. Diversidade dos direitos. Refúgio	179

Subseção 2 — *Exclusão do estrangeiro por iniciativa local*

115. Deportação.....	180
116. Expulsão	181

Subseção 3 — *A extradição*

117. Conceito e fundamento jurídico	182
118. A extradição no Brasil: reciprocidade e poderes constitucionais do Congresso	183
119. Descrição governamental e obrigação convencional	183
120. Submissão ao exame judiciário.....	184
121. Controle jurisdicional	185
122. Legalidade da extradição.....	186
123. Efetivação da entrega do extraditando	190

Subseção 4 — *Variantes ilegais da extradição*

124. Dilemas da Justiça.....	190
125. Indiferença do direito internacional	193
126. Vocação protetiva do direito interno	193
127. O sistema protetivo no direito brasileiro.....	194
128. A doutrina do caso Biggs	195

Subseção 5 — *Asilo político*

129. Conceito e espécies	197
130. Natureza do asilo diplomático.....	198
131. Disciplina do asilo diplomático.....	199

Seção V — PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

132. Normas substantivas.....	200
133. Declaração de 1948: direitos civis e políticos	201
134. Declaração de 1948: direitos econômicos, sociais e culturais	202
135. Direitos humanos de terceira geração	202
136. Tratados sobre os direitos humanos.....	202
137. Mecanismos de implementação	203

Seção VI — SOBERANIA

138. Noção de soberania	205
139. Roteiro da matéria	207

Subseção 1 — *Reconhecimento de Estado e de governo*

140. Natureza declaratória do reconhecimento de Estado.....	208
141. Formas do reconhecimento de Estado	208
142. Reconhecimento de governo: circunstâncias.....	210
143. Doutrina Tobar: a expectativa da legitimidade	211
144. Doutrina Estrada: uma questão de forma.....	211
145. Harmonização das doutrinas. Prática contemporânea.....	213

Subseção 2 — *Estados federados e territórios sob administração*

146. O fenômeno federativo e a unidade da soberania.....	214
147. Atuação aparente de províncias federadas no plano internacional	215
148. Territórios sob administração: a ONU e o sistema de tutela.....	216

Subseção 3 — *Soberania e hipossuficiência*

149. O problema dos microestados.....	218
150. Nações em luta pela soberania	219
151. A Santa Sé: um caso excepcional.....	220

Seção VII — MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

152. Atualidade das normas	222
153. Matrizes do direito ambiental.....	223

Capítulo II ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

154. Introdução.....	225
----------------------	-----

Seção I — TEORIA GERAL

155. Personalidade jurídica	231
156. Órgãos.....	232
157. Aspectos do processo decisório	233
158. A organização frente a Estados não membros	235

159. Sede da organização	237
160. Representação, garantias, imunidade	238
161. Finanças da organização	248
162. Admissão de novos membros	249
163. Sanções	251
164. Retirada de Estados-membros	252

Seção II — ESPÉCIES

165. Alcance e domínio temático	253
166. Alcance universal, domínio político: a SDN e a ONU	254
167. Alcance universal, domínio específico	255
168. Alcance regional, domínio político	256
169. Alcance regional, domínio específico	257

Capítulo III

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

170. Conceito	259
171. Fundamento	260

Seção I — ELEMENTOS ESSENCIAIS

172. O ato ilícito	260
173. A imputabilidade	260
174. O dano	262

Seção II — PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA

175. Teoria geral	264
176. O endosso	265
177. Primeira condição do endosso: a nacionalidade do particular	265
178. Dupla nacionalidade	266
179. Nacionalidade contínua	267
180. Nacionalidade efetiva	267
181. Proteção funcional	268
182. Segunda condição do endosso: o esgotamento dos recursos internos	269
183. Efeito jurídico do endosso	270
184. Renúncia prévia à proteção diplomática: a doutrina e a cláusula Calvo	271

Seção III — CONSEQUÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

185. A reparação devida	272
186. Formas e extensão da reparação devida	272

Capítulo IV O FENÔMENO SUCESSÓRIO

187. O princípio da continuidade do Estado.....	275
---	-----

Seção I — SUCESSÃO DE ESTADOS: MODALIDADES

188. Fusão ou agregação de Estados.....	275
189. Secessão ou desmembramento de Estados.....	276
190. Transferência territorial.....	276

Seção II — SUCESSÃO DE ESTADOS: EFEITO JURÍDICO

191. Normas aplicáveis	277
192. Nacionalidade das pessoas	277
193. Bens públicos.....	278
194. Tratados e dívida externa	279

Seção III — SUCESSÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

195. Um quadro recente	280
196. Dois exemplos.....	281

Parte III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

197. Proposição da matéria	285
198. O polo norte.....	285
199. A Antártica.....	286

Capítulo I O MAR

200. Codificação do direito costumeiro	289
201. Navios: noção e espécies.....	290

Seção I — ÁGUAS INTERIORES, MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA

202. Variedade das águas interiores	290
203. Regime jurídico	292
204. Mar territorial: natureza e regime jurídico.....	292
205. Mar territorial: extensão	293
206. Mar territorial: delimitação	294
207. Zona contígua	295

Seção II — ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

208. Entendimento.....	296
209. Direitos do Estado costeiro	296
210. Direitos da comunidade.....	296

Seção III — PLATAFORMA CONTINENTAL E
FUNDOS MARINHOS

211. Regime jurídico da plataforma continental.....	297
212. Regime jurídico dos fundos marinhos	298

Seção IV — ALTO-MAR

213. Princípio da liberdade.....	298
214. Restrições à liberdade.....	299
215. Disciplina da navegação.....	300

Seção V — TRÂNSITO MARÍTIMO: ESTREITOS E CANAIS

216. Estreitos: algumas normas gerais.....	300
217. Canais: regimes singulares.....	301

Capítulo II
RIOS INTERNACIONAIS

218. Conceito.....	305
--------------------	-----

Seção I — ALGUNS PRINCÍPIOS

219. Um direito casuístico.....	305
---------------------------------	-----

Seção II — REGIMES FLUVIAIS SINGULARES

220. Rios da América do Sul.....	306
221. Outros regimes.....	307

Capítulo III
O ESPAÇO

222. Distinção preliminar.....	309
--------------------------------	-----

Seção I — O ESPAÇO AÉREO

223. Princípios elementares.....	309
224. Normas convencionais	310
225. Nacionalidade das aeronaves	310
226. O sistema das cinco liberdades	311
227. Segurança do tráfego aéreo	312

Seção II — O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO

228. Gênese das normas	313
229. Cooperação e pacifismo relativo	313

Parte IV

CONFLITOS INTERNACIONAIS

230. Noção de conflito internacional	317
231. Proposição da matéria	318

Capítulo I

SOLUÇÃO PACÍFICA

232. Evolução dos meios	321
-------------------------------	-----

Seção I — MEIOS DIPLOMÁTICOS

233. O entendimento direto em sua forma simples	322
234. Bons ofícios	322
235. Sistema de consultas	323
236. Mediação	324
237. Conciliação	325
238. Inquérito: uma preliminar de instância	325

Seção II — MEIOS POLÍTICOS

239. Órgãos políticos das Nações Unidas	326
240. Esquemas regionais e especializados	328

Seção III — MEIOS JURISDICIONAIS

241. Conceito	328
---------------------	-----

Subseção 1 — *A arbitragem*

242. Jurisdição <i>ad hoc</i>	329
243. Árbitros e tribunais arbitrais	329
244. A Corte Permanente de Arbitragem	330
245. Base jurídica da arbitragem	331
246. Natureza irrecorrível da sentença arbitral	332
247. Obrigatoriedade da sentença arbitral	333
248. Carência de executoriedade	333

Subseção 2 — *A solução judiciária*

249. Uma opção soberana	333
250. Uma história recente	334
251. A Corte da Haia: duas fases	334

252. 1945: a ressurreição da Corte	335
253. Juizes da Corte da Haia	335
254. Competência contenciosa	336
255. Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória	338
256. Linhas gerais do procedimento	339
257. Natureza do acórdão	340
258. Competência consultiva	342
259. Cortes regionais e especializadas	343

Capítulo II

A GUERRA FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

260. <i>Jus in bello</i>	345
--------------------------------	-----

Seção I — DIREITO ANTERIOR À PROSCRIÇÃO DA GUERRA

261. Velhas regras costumeiras	346
262. Codificação: primeiros passos	346
263. O direito da Haia: guerra e neutralidade	347

Seção II — EVOLUÇÃO DA NORMA PROIBITIVA DA GUERRA (1919-1945)

264. Pacto da SDN: o prazo moratório	349
265. Pacto Briand-Kellog: a renúncia	349
266. Carta das Nações Unidas: a proibição formal e extensiva	349

Seção III — DIREITO SUPERVENIENTE À PROSCRIÇÃO DA GUERRA

267. O direito de Genebra: um imperativo humanitário	350
268. Desarmamento e outros temas de trato recente	352
269. Guerra total: hoje um falso problema	353

<i>Abreviaturas</i>	355
---------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	359
---------------------------	-----

Obras gerais	359
Normas internacionais	362
Personalidade internacional	366
Domínio público internacional	369
Conflitos internacionais	370
Outras obras	371

<i>Índice remissivo</i>	373
-------------------------------	-----